

A HISTÓRIA DA UTFPR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E A IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS PATO BRANCO

Volmir Sabbi

Professor da UTFPR Campus Pato Branco; doutorando em Educação na Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Resumo - Esse trabalho faz uma apresentação da história da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) dentro de um contexto de mudanças da legislação educacional brasileira, mostrando as sucessivas configurações institucionais que a Universidade assumiu nesse desenrolar histórico. As fontes são de autores que estudaram a história dessa universidade e de autores que discutiram a educação profissionalizante no contexto educacional. Foram consultadas, também, diversas legislações relacionadas ao tema cujos links para acesso constam nas referências. Na história dessa Universidade é destacado o movimento de interiorização da educação pública federal, baseado no exemplo de implantação do Campus Pato Branco. No processo de implantação deste Campus, destaca-se o debate a respeito da continuidade ou não, na Universidade, dos cursos existentes em uma instituição de ensino superior municipal incorporada na ocasião à UTFPR

Palavras-Chave- história da UTFPR, interiorização do ensino, educação profissionalizante.

Abstract- his work makes a presentation on the history of the Federal University of Technology - Paraná (UTFPR) within a context of changes in Brazilian educational legislation, showing the successive institutional configurations that the University has taken this course of history. The sources are from authors who have studied the history of this university and the authors argued that the professional education in the education context. Were consulted, too, the various laws related to the theme which links to access listed in the references. In the history of this university is leading the movement to internalization of the federal public education, based on the example of implementation of the Campus Pato Branco. In the process of establishing this campus, there is the discussion about continuity or not, at the University, of the existing courses in an municipal institution of higher education incorporated in UTFPR.

KeyWord: UTFPR history, internalization of the education, professional education.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado a partir dos resultados de uma pesquisa sobre a história da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)¹ dentro de um contexto histórico da educação profissionalizante brasileira. Nesse desenrolar histórico dessa instituição de educação tecnológica será apresentado, também, o processo de interiorização dessa educação profissionalizante materializado, nessa apresentação histórica, pela implantação da unidade de ensino – hoje Campus – de Pato Branco. Parte deste estudo está contida na dissertação de mestrado do mesmo autor deste

artigo.

A rede federal de educação profissionalizante teve início com um Decreto do Presidente Nilo Peçanha que criou as Escolas de Aprendizes e Artífices com uma motivação social – para atender “filhos dos desfavorecidos da fortuna” – e outra motivação de proteção da sociedade - para que estes pudessem “adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime.” (BRASIL, 1909). Ao longo da história da educação profissionalizante, sucessivas alterações legais e de estrutura escolar foram sendo implementadas no sentido de adequar essa

modalidade de ensino aos interesses do sistema produtivo nacional que tem seu crescimento industrial aumentado a partir da década de 1930. A UTFPR vivencia na sua configuração escolar cada uma dessas sucessivas alterações até se transformar na primeira universidade tecnológica do Brasil.

As fontes utilizadas são bibliográficas de autores que trataram do tema da história da educação tecnológica e da UTFPR. A pesquisa documental utilizada neste trabalho foi elaborada a partir da legislação educacional brasileira que, de uma forma ou de outra, interferiu no processo de formação da rede federal de educação tecnológica brasileira. Essas legislações, contidas nas Referências, foram obtidas no site do Senado Federal e têm seus respectivos links explicitados para facilitar a consulta das mesmas.

A implantação do Campus Pato Branco é representativo do processo de interiorização do ensino profissionalizante federal que nos últimos anos ganhou novo impulso no Brasil. As dificuldades dessa interiorização e os dilemas a respeito de quais cursos seriam implantados ou mantidos são abordados nesse trabalho. Em Pato Branco, a incorporação pela UTFPR de uma instituição de ensino superior municipal trouxe uma ampliação significativa da atuação da UTFPR, mas trouxe também, dilemas e conflitos a respeito da análise dos cursos que seriam mantidos ou alterados na nova instituição. A história dessa instituição está ligada fortemente com a formação do processo educacional de toda a região Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina.

2. A HISTÓRIA DA UTFPR NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

A escola que deu origem à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), anteriormente denominada CEFET-PR, foi criada, juntamente com outras escolas em quase todos os estados², em 23 de setembro de 1909 pelo Presidente Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7.566, com a denominação de Escola de Aprendizes Artífices do Paraná. Segundo o decreto, as razões para a criação dessas escolas seriam:

Considerando:

que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à

Nação. (BRASIL, 1909)

A escola, destinada ao ensino profissional primário gratuito, teria como função, segundo o Decreto que a criou, “formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício” (idem, Art.2o). Entre os requisitos para a admissão estava o limite de idade entre 10 e 13 anos, que não possuíssem “moléstia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado de ofício” e sendo “preferidos os desfavorecidos da fortuna” (idem, Art.6 o).

No dia 16 de janeiro de 1910, foi inaugurada a escola, de Curitiba, onde funcionavam as oficinas de alfaiataria, marcenaria e sapataria durante o dia e, no período noturno, os alunos cursavam aulas de instrução elementar, alternadas com o curso de desenho. (QUELUZ, 1995, p.30). A escolha dos cursos que foram ministrados na Escola do Paraná baseou-se no censo de 1900, quando foi detectado que essas atividades eram as que “ocupavam o maior número de empregados no ainda frágil, mas crescente setor industrial paranaense.” (idem, p.31). Assim a Escola buscava atender a função para a qual foi criada de fornecer mão-de-obra especializada para a indústria.

Em 1914, Venceslau Brás assume a Presidência da República e, em manifesto, expressa a visão existente a respeito da função da formação profissional como elemento de solução dos problemas sociais e de exclusão, abordagem representativa do pensamento positivista presente no meio político, econômico e cultural da sociedade naquele período histórico.

A criminalidade aumenta; a vagabundagem campeia; o alcoolismo ceifa, cada vez mais, maior número de infelizes, porque, em regra, não tendo as pobres vítimas um caráter bem formado e nem preparo para superar as dificuldades da existência, tornam-se vencidos em plena mocidade e se atiram à embriaguez e ao crime. Dê-se, porém, outra feição às escolas primárias e às secundárias, tendo-se em vista que a escola não é somente um centro de instrução, mas também de educação e para esse fim o trabalho manual é a mais segura base; instalem-se escolas industriais, de eletricidade, de mecânica, de química industrial, escolas de comércio, que os cursos se povoarão de alunos e um outra era se abrirá para o nosso país.”(Wenceslau Brás, citado por MACHADO, 1989, p. 26)

A educação é colocada como solução dos problemas de exclusão e pobreza e determinante no desenvolvimento do país. Essa idéia, que dissimula a organização do sistema produtivo como determinante principal da organização social, está de acordo com a Teoria do Capital Humano e a Teoria da Modernidade que até hoje servem de

base de justificação para as desigualdades sociais entre indivíduos e entre nações.

A criação de uma escola voltada para os mais carentes tem, por um lado, o aspecto positivo de contribuir para a formação intelectual da população que, pela sua situação de dominação e de exploração, possui menores oportunidades de acesso à formação escolar e cultural. Por outro lado, o aspecto questionável desta escola é que tal atitude tende, ao dar uma formação diferenciada para quem é originário de classes sociais distintas, a fortalecer a dualidade escolar.

A Escola de Curitiba teve dificuldade de cumprir o seu primeiro grande objetivo, definido no decreto que a criou: a formação profissional. Nos treze primeiros anos de funcionamento, dos 3.529 alunos que freqüentaram os diversos cursos, apenas 66 conseguiram se formar, ou seja, 1,87%. (QUELUZ, 1995, p.32). Os fatores que levaram à tamanha desistência podem ser agrupados, segundo Queluz, em dois campos: em primeiro lugar as “próprias dificuldades vividas por menores majoritariamente advindos das ‘camadas desfavorecidas’ ou proletárias da cidade.” Em segundo lugar as pressões do mercado de trabalho sobre esses menores, que eram absorvidos pela indústria local, “sedenta de mão-de-obra relativamente especializada e barata.” (idem, ibidem). A exploração dos alunos pode ser detectada em um ofício enviado pelo Diretor da Escola à Associação Comercial, datado de 1911, onde o mesmo “reclama do tratamento dado aos menores ex-alunos contratados pelas indústrias, especialmente do não pagamento regular de salários.” (idem, ibidem).

O segundo objetivo para a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, definido no decreto n. 7.566, era o de retirar das ruas os menores desvalidos. Para atrair os alunos, a Escola de Curitiba oferecia calçados e vestimentas, pois “os alunos saídos na totalidade da classe mais pobre da população apresentam-se às vezes andrajosos e andam quase sempre descalços.”¹ A distribuição de merendas, diárias, e prêmios por produtividade utilizada para atrair os alunos, resultou em relativo sucesso, pois a freqüência dos alunos chegou a 66,7%, mesmo apresentando um baixo o número de formandos. “A retirada dos menores desvalidos da rua, problema crescente nos meios urbanos do país, seria complementada pelo inculcamento de seus corpos e mentes, de novos hábitos e costumes voltados para a disciplina do trabalho” (QUELUZ, 1995, p.32).

Para realizar esse trabalho, a escola adotou a prática de ginástica e a criação de um batalhão infantil. O curso de oficinas funcionava das 10h às 16h em regime de externato (BRASIL, 1909, Art3º). O ideal, segundo o diretor, seria o regime de internato.

Seria necessário, portanto, que a escola

seqüestrasse inteiramente o aluno durante um certo tempo até lhe formar não só o cérebro, como o coração, revestindo-o de uma couraça de ensinamentos que o tornassem invulnerável à ação perniciosa do meio que fosse habitar. (ASSUMPÇÃO, Histórico, s.d., p.4. Citado por QUELUZ, 1995, p.33)

A ação perniciosa a que se refere o diretor é creditada em grande parte ao meio familiar dos alunos. “Muitas vezes, em seus próprios lares, eles perdem aquele coeficiente de educação que receberam durante as horas escolares. Há, por conseqüência, essa luta entre escola que educa e ensina e o lar decomposto pelas misérias da vida.” (idem, ibidem)

Em 1937, com a Lei 378 de 13 de janeiro, o Ministro Gustavo Capanema faz uma reestruturação no Ministério da Educação e Saúde Pública. Através dessa reforma, as Escolas de Aprendizes e Artífices passaram a se chamar Liceus e o ensino profissional conseguiu aumentar suas verbas. Com a Nova Constituição, “sob inspiração do Estado Novo, determina-se a competência federal para “fixar as bases e os quadros da educação nacional.” (MACHADO, 1989, p.33). Em seu artigo 129, a Constituição estabelece que o ensino pré-vocacional e profissional é destinado às classes menos favorecidas, e no artigo 131, estabelece como obrigatórios os trabalhos manuais em todas as escolas primárias e secundárias (BRASIL, 1937). É a primeira vez que uma constituição trata do ensino industrial, iniciando, então, uma cooperação entre a indústria e o Estado nesta área (MACHADO, 1989, p.34). A Escola passou a ministrar o ensino de 1º grau, denominando-se Liceu Industrial de Curitiba, onde eram ensinadas: alfaiataria, sapataria, marcenaria, pintura decorativa e escultura ornamental.

O Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, denominado de Lei Orgânica do Ensino Industrial, unifica a organização desse ensino em todo território nacional. O objetivo do ensino industrial era preparar os trabalhadores, agora em nível de 2º grau, paralelo ao ensino secundário. Essa legislação formaliza uma dualidade do ensino industrial com o conjunto da educação escolar do País, pois os alunos egressos dos cursos técnicos somente poderiam ingressar em escolas superiores que tivessem cursos diretamente relacionados à sua formação profissional. O ensino industrial era ministrado em dois ciclos. “No primeiro, incluía-se o industrial básico, o de maestria, o artesanal e a aprendizagem. No segundo, o técnico e o pedagógico.” (idem, p.35)

Com o Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, são estabelecidas as bases da organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. O então Liceu Industrial de Curitiba passou a se chamar Escola Técnica de Curitiba, oferecendo o ensino profissional àqueles a quem a

Constituição de 1937 chamou de classes menos favorecidas.

A Reforma Capanema (Decreto-Lei nº 4.073), inspirada na Reforma Gentile, aplicada por Mussolini na Itália, contribuiu para a consolidação da estrutura elitista do ensino brasileiro.

Estabeleceu-se a existência de duas instituições paralelas, que representavam dois tipos de ensino médio, com diferentes funções e justificativas. De um lado, um ensino secundário seletivo, enciclopédico, rígido, uniforme e intelectualista, destinado a capacitar os estudantes para o ingresso no ensino superior, onde se consolidaria a formação das "individualidades condutoras". De outro lado, um ensino profissional, "destinado às classes menos favorecidas, como dizia a carta constitucional de 1937." (MACHADO, 1989, p.36)

Em 1946, como parte de um acordo de cooperação entre Brasil-Estados Unidos no campo do ensino industrial, criou-se a Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAI). Essa comissão, entre outras atividades, reúne os diretores das escolas técnicas no Rio de Janeiro entre 13 e 22 de fevereiro de 1947; promove um Curso de Aperfeiçoamento para professores do ensino industrial, no Rio e nos Estados Unidos, com um ano e três meses de duração; envia dois grupos de dez diretores de escolas técnicas e industriais para os Estados Unidos para fazerem um curso de administração de escolas técnicas. (MACHADO, 1989, p.44-5). Nos trabalhos da CBAI "os americanos contribuíram com verbas, especialistas, equipamentos, material didático e estágio para professores brasileiros em escolas americanas" (CEFET-PR, 1994, p.9; CEFET-PR, 1999, p.3).

A então Escola Técnica de Curitiba desempenhou um papel de destaque nesse trabalho, sediando o CBAI, "passou a ser um Centro de Formação de Professores, recebendo e preparando docentes das escolas técnicas de todo o país." (CEFET-PR, 1994, p.9). A efetivação dos acordos gerou muita polêmica no meio acadêmico brasileiro e, segundo Peterossi (1980, p.31), pode ter sido uma das bases para o surgimento dos cursos de Tecnologia. A instalação de cursos de curta duração para a formação técnica especializada em atividades diretamente ligadas ao processo de produção teve início em meados dos anos 1960 e contaram com assistência financeira e técnica norte-americana. Esses cursos, denominados de Engenharia Operacional, foram instalados inicialmente na Escola Técnica Federal da Guanabara em convênio com a Escola Nacional de Engenharia. (KAWAMURA, 1981, p.78)

Romanelli (1997, p. 209), ao se referir à série de acordos MEC-USAID, afirma que "o aspecto mais relevante desses acordos consiste no fato de todos eles se valerem da crise existente no sistema educacional como pretexto para 'justificar' a necessidade de cooperação.". Kawamura (1981, p.

47) confirma a "ampla influência norte-americana, no aparelho de ensino nesse período, particularmente nas escolas de engenharia". A influência estadunidense na estruturação do ensino técnico brasileiro é novamente abordado por Kawamura. "Medidas políticas, inclusive sob a influência norte-americana, vieram favorecer a expansão dos cursos técnicos no país, em especial quando estreitamente vinculados com os interesses tecnológicos da segurança militar e da industrialização." (idem, 1981, p.74). Kawamura, citando Florestan Fernandes e outros, indica que essa influência se deu através de mecanismos criados por acordos entre Brasil e Estados Unidos como: Aliança para o progresso, o Acordo MEC-USAID, acordos da OEA, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da União Panamericana.

Em 1959, a Lei 3.552 de 16 fev. e o Decreto 47.038 de 16 out., reformaram o ensino industrial em todo o país. As principais mudanças referem-se "à maior autonomia e descentralização da organização administrativa e ao alargamento do conteúdo de cultura geral dos cursos técnicos." (MACHADO, 1989, p.46). Essa legislação estabelece ainda que no Conselho Dirigente de cada escola técnica, dois de seus membros deveriam ser representantes da indústria visando a "estreitar mais a associação escola-fábrica, de forma que os diplomados pela primeira atendam, efetivamente, às necessidades da segunda"¹. Os cursos, denominados de industriais técnicos, passaram a ter uma duração de quatro anos. A Instituição passou, então, chamar-se Escola Técnica Federal do Paraná.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 4.024/61 - (BRASIL, 1961) a organização do ensino técnico não sofreu maiores alterações, sendo, inclusive, consolidadas as mudanças sugeridas nas legislações anteriores.

Em 30 de junho de 1978, com a promulgação da Lei 6.545, a Escola Técnica Federal do Paraná, juntamente com a de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, é transformada em Cefet, passando a ministrar, também, o ensino superior de duração plena e de pós-graduação. A transformação para Cefet, que é uma autarquia especial, trouxe, também, uma maior autonomia frente ao Ministério da Educação. Mais tarde foram criados o Cefet da Bahia e, no Governo Sarney, o Cefet do Maranhão. Após a reformulação do ensino profissionalizante, através do Decreto 2.208/97, outras escolas técnicas federais foram, em função das diretrizes estabelecidas pelo Decreto 2.406/97, transformadas em Cefet, porém com menor autonomia de gestão que os demais Cefets já existentes. O Cefet-PR conseguiu a sua transformação em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, através da Lei 11.184 de 2005. As várias escolas da rede federal de educação profissionalizante, composto pelas escolas técnicas federais e Cefets, foram

transformadas em Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFET) através do Decreto 6.095 de 2007. O Cefet-MG e o Cefet-RJ resistem, atualmente, a essa transformação em função da sua importância no contexto nacional da educação profissionalizante e da redução da autonomia administrativa resultante da transformação de Cefet em Ifet.

Em 1986, através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico do Governo Federal, foram implantadas as Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) do Cefet-PR. A primeira Unidade a ser implantada foi a de Medianeira, em 1990; após vieram as Unidades de Pato Branco, Cornélio Procópio e Ponta Grossa, em 1993; e por último, a Unidade de Campo Mourão, em 1995. Em outro movimento de expansão, em período posterior, foram criadas as demais unidades (ou Campus) do Cefet-PR (ou UTFPR): Apucarana, Dois Vizinhos, Guarapuava, Francisco Beltrão, Londrina e Toledo. Totalizando, em 2011, doze Campi de ensino na UTFPR.

O advento de uma presença ampla em várias cidades do Paraná trouxe à UTFPR uma realidade muito diferente daquela que existia até então. Essa nova realidade aumentou a complexidade administrativa e trouxe novos elementos de logística para serem considerados na sua gestão. Em pouco tempo multiplicou-se o número de alunos e servidores. A contribuição trazida por uma instituição dessa natureza e porte às cidades contempladas por um campus tem um peso relativo de grande impacto na medida em que potencializa o desenvolvimento econômico, cultural e social das cidades do interior.

3. A IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS PATO BRANCO

O Campus de Pato Branco iniciou suas atividades no dia 03 de março de 1993. Neste dia foram admitidos no serviço público os professores e funcionários aprovados no primeiro concurso público realizado em Pato Branco pelo antigo Cefet-PR. Nas dias seguintes foram promovidos os primeiros treinamentos de servidores e realizada a primeira semana pedagógica com a presença de professores de Curitiba que, nas respectivas disciplinas, fizeram uma orientação inicial aos novos docentes. Em 15 de março de 1993 iniciam as aulas nos dois primeiros cursos técnicos de nível médio oferecidos em Pato Branco: Edificações e Eletrônica. O curso de Eletromecânica foi implantado somente no ano seguinte.

A cerimônia protocolar de inauguração do Campus, com a presença do Ministro da Educação Murílio de Avellar Hingel, aconteceu somente no dia 17 de abril de 1993. Nesta data a escola já funcionava há 46 dias e os alunos já estavam em aula há 34 dias. Não há, portanto, fundamento algum em comemorar o aniversário do Campus no dia 17 de abril. O

Campus “nasceu” ou passou a existir, efetivamente, no dia 03 de março de 1993 e, portanto, esta deveria ser a “data de aniversário” do Campus de Pato Branco.

A Unidade de Pato Branco pela sua posição geográfica de influência regional teve, desde sua implantação, uma influência que ultrapassa a influência local. No início de sua atividade, em torno de 75 municípios da região sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina participavam com aproximadamente 50% dos alunos do Campus. Esses alunos deslocavam-se diariamente para Pato Branco ou, para o caso de municípios mais distantes ou com maiores dificuldades de transporte, moravam em Pato Branco. Hoje, com o processo seletivo integrado nacionalmente, através do Enem, ampliou-se a presença de alunos de regiões mais distantes nos cursos superiores do Campus.

Por ocasião do início das atividades, na Unidade, as obras civis ainda estavam em fase de conclusão, eram raros os equipamentos administrativos² e havia poucos laboratórios didáticos instalados³. A intenção da direção, expressa em reuniões coletivas, era, orientados pelo princípio da racionalidade administrativa, a de implantar os laboratórios específicos e oficinas conforme esses fossem sendo necessários. As grades curriculares dos cursos técnicos existentes estavam montadas de forma a ter uma carga horária maior de disciplinas de cultura geral, no primeiro ano, e, ao longo dos quatro anos do curso, aumentar a carga horária das disciplinas técnicas. Dessa forma, a implantação dos laboratórios didáticos e oficinas das disciplinas técnicas, muito mais numerosos e caros, poderiam aguardar um pouco mais para serem implantados sem prejuízo didático.

No final do ano de 1993, outro fato determinante para a história do Campus foi a federalização da Faculdade de Ciências e Humanidades. Esta Faculdade, que pertencia à Fundação de Ensino Superior de Pato Branco (Funesp), de responsabilidade do Município de Pato Branco, foi anexada à UTFPR. A incorporação foi uma surpresa para a sociedade, que só soube da existência de tal processo por ocasião da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Pato Branco, realizada no Auditório da então Funesp, quando foi aprovada a doação de todo o patrimônio desta para a UTFPR. A proximidade da faculdade municipal, o que propiciaria a gestão desta com pequeno acréscimo na estrutura já existente na UTFPR e o bom conceito desfrutado pela Instituição, junto ao Ministério da Educação (MEC), foram, segundo os discursos proferidos por ocasião da incorporação, decisivos na decisão do Governo Federal em aceitar a federalização.

Houve amplo consenso na sociedade a respeito dos benefícios advindo desse processo de incorporação, pois os cursos passaram a ser gratuitos e houve

uma expectativa de melhoria da qualidade do ensino e ampliação das atividades de pesquisa e extensão. Para a Unidade, que tinha na ocasião três cursos técnicos de 2º grau, a anexação de uma grande área física, com seis cursos superiores – Administração, Ciências Contábeis, Licenciatura em Matemática, Letras, Processamento de Dados e Agronomia - já em andamento, representou uma grande ampliação no espectro de atuação do Campus frente à comunidade e ao conjunto da Universidade. O número de alunos quase dobrou em apenas um ano. O Campus passou a ser o único que possuía cursos superiores e em áreas do conhecimento diferentes da tecnológica.

A incorporação dos cursos superiores, somada à implantação do curso de Eletromecânica e a oferta do segundo ano dos cursos de Edificações e Eletrônica, trouxe um incremento repentino no quadro docente. No ano de 1994, o número de professores novos era maior do que os mais antigos – estes com apenas um ano de Instituição -. Esse fato estendeu por mais um ano a situação de insegurança administrativa que normalmente acompanha a criação de uma nova instituição. Em relação ao quadro de técnicos-administrativos, havia um problema adicional em função da não liberação, pelo Governo Federal, de novos concursos públicos. Este problema se estendeu por mais de dez anos.

Recentemente, em outro movimento de expansão educacional de grande magnitude, que acontece em todas as instituições federais de ensino superior brasileiras, existe um plano de, com a implantação do Programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), dobrar o número de alunos nessas instituições até 2012. (BRASIL, Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007).

4. OS CURSOS SUPERIORES INCORPORADOS PELO CAMPUS PATO BRANCO

Por ocasião da incorporação, pela UTFPR, dos seis cursos superiores da Funesp, a instituição promoveu um estudo sobre o destino que deveria ser dado aos mesmos: manutenção, reformulação ou extinção. Para subsidiar a decisão foram programadas diversas palestras com professores escolhidos pelo representante da Reitoria no processo de incorporação. Foi montada, também, uma sub-comissão para fazer um diagnóstico junto aos alunos egressos da antiga Funesp e, também, encomendado ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) um estudo do setor produtivo regional. O objetivo dessas duas pesquisas foi identificar a tendência do desenvolvimento regional, verificar a aceitação dos cursos existentes e apontar as melhores opções para os cursos superiores recém incorporados.

O estudo do IparDES indicou a importância do setor agroindustrial e de alimentos no contexto produtivo regional. Nas suas propostas para reestruturação

curricular, quatro das cinco sugestões estão ligadas à demanda de conhecimentos ligados a esses setores

- 1) favorecer o setor voltado ao conhecimento da química alimentar, em particular biotecnologia de alimentos;
- 2) desenvolver projetos mecânicos na área da tecnologia agrícola;
- 3) conhecimentos de manutenção e controle da produção industrial;
- 4) atendimento da pequena propriedade na produção agroindustrial alternativa;
- 5) oferta de cursos de engenharia na área florestal, agronomia, alimentos e química. (IPARDES, 1994, p.10-1.)

Esse estudo indica a necessidade do setor produtivo por um curso relacionado à área de alimentos que, infelizmente, não foi contemplado no rol dos cursos oferecidos pelo Campus Pato Branco.

O diagnóstico junto aos egressos da Funesp foi feito através de um questionário enviado a 904 ex-alunos dos últimos seis anos. Destes, 34,2% foram devolvidos caracterizando uma amostragem estatisticamente significativa. O curso de Agronomia não consta na pesquisa, pois ainda não havia formado nenhuma turma por ocasião da incorporação. Este trabalho, denominado “Análise preliminar da pesquisa dos egressos da Funesp”, concluiu que:

- 1) “Há, na região, mercado de trabalho para todos os atuais cursos de terceiro grau existentes no Cefet/PB, salientando as licenciaturas e o curso de PD [Processamento de Dados];” (CEFET-PR / UNED-PB, 1994, p.6);
- 2) a grande maioria dos egressos já atuavam na área específica de seus respectivos cursos;

TAB.1: Alunos da Funesp que já trabalhavam e que trabalham na área de formação

Curso	alunos trabalhavam na área durante a realização do curso	trabalham na área de formação por ocasião da pesquisa (1994).
Matemática	63,41%	85,4%
Letras	60,98%	68,3%
Ciências Contábeis	48,5%	56,6%
Administração	46,5%	65,77%
Processamento de Dados	42,0%	69,0%

fonte: CEFET-PR / UNED-PB. Análise preliminar da pesquisa dos egressos da Funesp, p.3

- 3) há satisfação, 53,6%, com referência aos conhecimentos gerais apresentados pelos cursos existentes;
- 4) há uma valorização acentuada, entre os egressos, da prática como forma de aprimoramento profissional. O curso de Letras, no entanto, considera a pós-graduação como elemento mais importante na busca de conhecimentos;
- 5) existe uma disposição em retornar à escola para cursos complementares. (CEFET-PR / UNED-PB, 1994, p.6). A maioria não está realizando nenhum curso, com exceção dos egressos de Letras em que

34,15% estão freqüentando cursos na sua área de formação. (idem, p.5).

A atuação principal desses egressos, segundo os setores produtivos, foi assim observada: Administração (63,7%) e Contábeis (51,9%), na área comercial ou de prestação de serviços; Matemática (70%) e Letras (59,6%), na área de educação; Processamento de Dados, na educação (31,2%) e serviços (25%). (idem, p.4). Observa-se, portanto, um elevado índice de atuação na área em que os egressos fizeram sua formação, demonstrando a importância da sua formação acadêmica na atuação profissional.

Após esse trabalho inicial, a sub-comissão propôs ao representante da Reitoria que se executasse uma segunda etapa, quando as conclusões dos primeiros trabalhos seriam discutidas em seminários a serem realizados nas várias cidades na região de abrangência da Unidade. O objetivo da proposta era envolver toda a comunidade regional na definição dos cursos e seus perfis de atuação. O projeto de continuidade, no entanto, foi ignorado pelo representante da Reitoria.

Apesar de os trabalhos de pesquisa indicarem a importância dos cursos existentes para os egressos e para a comunidade, a direção institucional opta, contra o posicionamento consistente dos professores do curso, pela extinção do curso de Letras, sob a alegação que este teria sido um compromisso assumido com o Ministro da Educação, Murílio de Avellar Hingel, por ocasião da incorporação da Funesp. A existência desse compromisso, porém, carece, ainda, de comprovação, pois não está explicitado em nenhum documento ou publicação. O fato é que um curso de grande utilidade para a comunidade interna e externa foi extinto sem a concordância de quem trabalhava nos cursos e contra uma pesquisa consistente que havia sido feita justamente para subsidiar as decisões quanto aos destinos dos cursos incorporados.

Esse equívoco foi, recentemente, corrigido. O curso de Letras foi recriado no Campus Pato Branco, após ampla pressão e luta dos professores do Campus e de setores da sociedade civil organizada da região.

Os demais cursos existentes se mantiveram, sendo feitas apenas algumas modificações curriculares. Uma grande parte dos professores que passaram nos concursos para o ensino superior já trabalhava na Funesp, atestando a competência de uma grande parte dos professores daquela instituição que foi extinta. Alguns cursos, dentre eles o de Agronomia, tiveram um ganho significativo na composição do seu quadro docente, em função da atração de professores vindos de fora, titulados e com trabalhos de pesquisa acadêmica, possibilitado por um concurso público de uma instituição federal.

Os cursos de Administração e Contábeis mantiveram, inicialmente, algumas das limitações

existentes na Funesp: a de ter poucos professores com titulação; a conseqüente inexistência de trabalhos de pesquisa ou publicações acadêmicas; o regime de trabalho da maioria dos professores ser de 20 horas. Com o passar do tempo, esses cursos melhoraram significativamente esses quesitos.

O curso que era denominado, na Funesp, de Ciências com habilitação em Matemática teve, logo após sua incorporação, algumas dificuldades na definição de sua estrutura de curso e grade curricular. Inicialmente, numa tentativa de adequação para o perfil tecnológico da Instituição, o curso foi transformado em Licenciatura em Matemática. Posteriormente, fruto de uma longa discussão entre os professores do curso e levantamentos feitos junto ao meio educacional da região, o curso foi transformado em Ciências com habilitação em Matemática e em Física. E, por último, voltou a ser Licenciatura apenas em Matemática. Essas modificações trouxeram alguns problemas de ordem acadêmica, legal e de relacionamento com os alunos, problemas estes que foram superados, mas que se mostraram como entrave ao desenvolvimento inicial do curso.

O curso de Tecnologia em Processamento de Dados incorporado tinha quatro anos de duração e a maioria de seus professores formados na Funesp. O curso apresentou um grande crescimento acadêmico logo nos primeiros anos, devido: ao regime de trabalho da maioria dos professores ser dedicação exclusiva, ao advento do Projeto Genesis, à grande aceitação dos egressos do curso no mercado e ao recente convênio celebrado pela UTFPR com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), para ofertar aos professores da Unidade de Pato Branco um curso de mestrado interinstitucional na área de informática. Com o advento dos novos cursos de Tecnologia criados pela UTFPR, em 1999, o curso teve que se adequar ao novo formato dos cursos de Tecnologia a serem oferecidos pela Instituição. Assim, além das alterações necessárias para se enquadrar à estrutura desses cursos, a duração do curso passou, num flagrante de aligeiramento da educação, de quatro para três anos. Após a transformação do Cefet-PR em UTFPR, em 2005, foi criado o curso de Engenharia de Computação com duração de cinco anos.

Após essa transformação em UTFPR foram criados, também, os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Química.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação profissionalizante brasileira vista através da construção de uma instituição de ensino de renome nacional apresenta um dos formatos que foi materializado a partir dos conflitos e disputas de poder existentes no seio da sociedade. Conhecer essa história e pensar, coletivamente, nas suas outras possibilidades pode

ajudar a construir uma educação mais completa em uma sociedade, progressivamente, mais justa. A oferta da educação profissional para uma classe, enquanto à outra era oferecida uma educação de caráter mais amplo foi uma característica marcante da educação de nível médio não apenas no Brasil, mas, também, no mundo. A integração da educação com o trabalho de forma em instituições públicas pode contribuir de forma significativa para construção de uma sociedade mais democrática.

A interiorização do ensino tecnológico em instituições federais com qualidade reconhecida foi um movimento que potencializou de forma intensa o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma ampla região de abrangência onde foram instaladas essas instituições. A história mostra como o debate e o estudo a respeito dos cursos a serem implantados pode fazer uma diferença ainda maior no processo de desenvolvimento da sociedade no entorno da instituição.

A dimensão da contribuição da instituição educacional para o desenvolvimento social, entretanto, pode ser significativamente ampliada na medida em que o processo de gestão e de decisão destas instituições, principalmente se públicas, tiverem um caráter democrático, transparente e participativo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto 7.566, de 23 set.1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=57829&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>, acessado em 16maio2011.
- _____. Lei 378, de 13 de janeiro de 1937. Lei dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>, acessado em 16maio2011.
- _____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=94882&tipoDocumento=COF&tipoTexto=PUB>>, acessado em 16maio2011.
- _____. Decreto-Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm>, acessado em 16maio2011.
- _____. Decreto-Lei 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=30374&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>, acessado em 16maio2011.
- _____. Lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=112416&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>, acessado em 17maio2011.
- _____. Decreto 47.038, de 16 de outubro de 1959. Aprova o Regulamento do Ensino Industrial. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=17775&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>, acessado em 17maio2011.
- _____. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>, acessado em 17maio2011.
- _____. Lei 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das escolas técnicas federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=124749&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>, acessado em 17maio2011.
- _____. Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da lei n. 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=146021&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>, acessado em 17maio2011.
- _____. Decreto 2.406, de 27 de novembro de 1997. Regulamenta a Lei 8.948 de 8 de dezembro de 1994 e dá outras providências. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=147706&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>, acessado em 17maio2011.
- _____. Lei 11.184, de 07 de outubro de 2005. Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=253203&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>, acessado em 16maio2011.
- _____. Decreto 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=255590&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>, acessado em 17maio2011.
- _____. Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=255591&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>, acessado em 17maio2011.
- CEFET-PR / UNED-PB. Análise preliminar da pesquisa dos egressos da Funesp. Pato Branco, 1994, 6p.
- CEFET-PR. Revista do Cefet-PR. Curitiba, 1994, 62p.
- _____. Aspectos históricos importantes do Cefet-PR. Cefet Jornal Especial, Curitiba, set. 1999, p.3.
- IPARDES. Referências regionais para estruturação curricular de 3º grau - Uned/Pato Branco. Curitiba, 1994, 38p.
- KAWAMURA, Lili Katsuco. Engenheiro: trabalho e ideologia. 2.ed. São Paulo: Ática, 1981.
- MACHADO, Lucília Regina de Souza. Educação e Divisão Social do Trabalho. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- PETEROSI, Helena Gemignani. Educação e mercado de trabalho: análise crítica dos cursos de tecnologia. São Paulo: Loyola, 1980.
- QUELUZ, Gilson Leandro. História do Cefet: a escola de aprendizes artífices do Paraná 1909-1922. Tecnologia & Humanismo, n.14, p.29-33, 1º set. 1995.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 19.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.